

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA E FEDERAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

RENATA FANTAUSSI

**TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E
ADULTOS NA ATUALIDADE: UMA REFLEXÃO A PARTIR DO
PROGRAMA PROJOVEM URBANO.**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Londrina

2014

RENATA FANTAUSSI

**TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E
ADULTOS NA ATUALIDADE: UMA REFLEXÃO A PARTIR DO
PROGRAMA PROJOVEM URBANO.**

Monografia apresentada como requisito básico para aprovação no Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus Londrina

Orientadora: Profª Drª Zenaide de Fátima Dante Correia Rocha.

LONDRINA

2014

FANTAUSI, Renata. Tendências pedagógicas para a Educação de Jovens e Adultos na atualidade: uma reflexão a partir do programa Projovem urbano. 2013. 35 f. Monografia (Especialização em Educação de Jovens e Adultos) Universidade tecnológica federal do Paraná. Londrina, 2013.

RESUMO

Por meio da análise documental e bibliográfica esta pesquisa pretende explicitar a partir da análise dos documentos do Programa Nacional de Inclusão de Jovens, Projovem Urbano, características de tendências pedagógicas atuais presentes no Programa; relacionados à proposta curricular de ensino integrado, interdisciplinar e interdimensional entre educação básica, qualificação profissional e participação cidadã. Aborda de maneira concisa os principais fatores históricos sobre a educação no Brasil, do século XI ao XX, enfatizando os aspectos econômicos, sociais e educacionais relevantes a Educação de Jovens e Adultos. Ressalta os objetivos gerais do programa, assim como a organização pedagógica do mesmo, sua relevância para a educação de jovens e adultos no contexto atual. Também relata o perfil dos alunos participantes. Relaciona os conceitos sobre as tendências pedagógicas, baseada na bibliografia dos principais autores no assunto. Constatou-se que a proposta pedagógica do currículo do Programa, visa à Formação Integral pela democratização do ensino e inclusão social. Direcionada aos Jovens que interromperam os estudos e não possuem emprego, a proposta de currículo interdimensional oferece novas oportunidades de reinserção escolar e no mercado de trabalho, respeitando as experiências e visão de mundo, desses jovens permitindo o acesso aos meios tecnológicos e científicos necessários para o desenvolvimento de suas competências em níveis escolares, profissionais e pessoais.

Palavras-Chave: educação, tendências pedagógicas; Projovem Urbano.

ABSTRACT

Pedagogical trends for the Education of Youth and Adults today: a reflection from the urban Projovem program. 2013. 35 f. Monografia. (Especialização em Educação de Jovens e Adultos) Universidade tecnológica federal do Paraná. Londrina, 2013.

Through documentary and bibliographical analysis this research aims to clarify from the analysis of the documents of the National Youth Inclusion , Urban Projovem , characteristics of current pedagogical trends in the program ; related with the integrated curriculum, between elementary education , vocational training , and citizen participation . Concisely covers the major historical factors on education in Brazil, the eleventh to the twentieth century, emphasizing the relevant economic, social and educational aspects for Youth and Adults education. Emphasizes the general objectives of the program, as well as the pedagogical organization. its relevance to the education of youth and adults in the current context. Also reports the profile of the students. Relates the concepts of teaching trends, based bibliography of the main authors on the subject. It was found that the educational curriculum of the proposed program, aims at Integral Training for democratizing education and social inclusion. Directed at young people who interrupted their studies and do not have jobs , the proposed integrated curriculum offers opportunities for education and reintegration into the labor market , respecting the experiences and worldview , these young people by providing access to scientific and technological means needed to developing their skills in school, professional and personal levels .

Key words: education, pedagogical trends; Urban Projovem

AGRADECIMENTOS

Á Deus por ter me guiado até aqui, esperança nos momentos de fraqueza e dificuldades.

Aos meus amigos, aqueles que compartilharam comigo as aulas aos sábados, pela companhia, apoio, risos, também pelos trabalhos apresentados em grupo.

A Minha querida professora orientadora prof^a Dr.^a Zenaide de Fátima Dante, por sua competência, também pelo carinho e paciência que demonstrou durante esse trabalho.

Aos meus pais e meus irmãos, por me apoiarem e cuidarem mim em todos os momentos.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	6
2 METODOLOGIA.....	8
3 CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL.....	9
4 PROGRAMA NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS PROJÓVEM URBANO	17
4.1 OBJETIVOS GERAIS DO PROJÓVEM URBANO: DESAFIOS EM FOCO	20
4.2 DIRETRIZES CURRICULARES	22
5 PERFIL NACIONAL DOS JOVENS ATENDIDOS.....	24
6 TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS LIBERAIS E PROGRESSISTAS.....	26
6.1 CARACTERÍSTICAS DAS TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS NO PROJÓVEM URBANO: EXPLICITANDO UM PARADOXO.....	29
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	32
REFERÊNCIAS.....	34

INTRODUÇÃO

O modelo de educação fragmentado tem sido uma constante em nosso país desde a alfabetização dos índios e colonos. Permeado por interesses controversos, que não atendiam aos interesses da população e muito menos o bem comum na formação cidadã, a educação dispunha de pouca infraestrutura, assim, a falta de investimentos e planejamento, também configuraram o cenário da educação nacional.

A educação escolar, durante quase quatro séculos, não foi uma prioridade nem para as autoridades, nem para segmentos significativos da sociedade. O “empurra-empurra” entre o poder central do Império e as Províncias, a descentralização sem recursos, a escravatura que proibia a entrada de negros em escolas, a situação marginalizada da infância geraram uma herança até hoje pesada e não superada, sobretudo em matéria de discriminação étnica e de desqualificação da cultura letrada (FÉRES, 2008, p.12).

Séculos mais tarde, esses problemas ainda refletem em nosso país. Dados do relatório de desenvolvimento do ano de 2012 pelo PNUD (programa das nações unidas para o desenvolvimento) mostram que o Brasil é o 3º no ranking de evasão escolar, entre os 100 países com maior IDH (índice de desenvolvimento humano). Segundo o mesmo relatório, um a cada quatro alunos, abandona o Ensino Fundamental antes de completar a última série.

Nesse mesmo relatório, a Organização das nações Unidas (ONU), sugere que o país adote "políticas educacionais ambiciosas" para atual situação, pois, o envelhecimento da população brasileira, deve se intensificar nas próximas décadas, ocasionando a redução do percentual de trabalhadores ativos.

Catalisados pelos fatores neoliberais da sociedade, os jovens das camadas empobrecidas foram cada vez mais se distanciando dos avanços tecnológicos e da educação, representando um retrocesso. Haddad (1994, p. 87) menciona “O desconforto pela presença de uma massa de empobrecidos convivendo com um mundo em crescente transformação, que propiciou um enorme desenvolvimento tecnológico a uma velocidade jamais vista pela humanidade, torna-se vergonha e ameaça”.

O autor ainda ressalta que a Educação de Jovens e Adultos (EJA), tem características de uma educação compensatória, direcionado aos mais pobres, na tentativa de se suprir a escolarização daqueles que não a tiveram na idade adequada.

Desse modo os Programas em Educação de Jovens e Adultos, como o Projovem Urbano, foram repensados para que em seu Projeto Pedagógico, o jovem tenha realmente acesso as novas formas de conhecimento, que a pesar do curto espaço de tempo, pudesse oferecer uma formação ampla a esses jovens.

Ao integrar ensino fundamental, qualificação profissional e ação comunitária, o Programa buscou oferecer oportunidade para que os jovens experimentassem novas formas de interação, se apropriassem de novos conhecimentos, re-elaborando suas próprias experiências e sua visão de mundo e, ao mesmo tempo, se re-posicionando quanto a sua inserção social e profissional (SALGADO, 2008, p.18)

A partir da necessidade de uma educação integral, inclusiva e democrática, surgiu essa pesquisa, que intenta explicitar a partir da análise das tendências pedagógicas, como as mesmas colaboram para esse processo. Pretende, especificamente, analisar as características de tendências pedagógicas presentes no Programa Nacional de Inclusão de Jovens- Projovem Urbano, com base em seus documentos: Projeto Político Pedagógico, Orientações Gerais e Textos Complementares para Formação de Gestores.

2 METODOLOGIA

Esta pesquisa é de ordem descritiva e apresenta uma abordagem qualitativa, por observar aspectos que não podem ser quantificados, também por analisar dados que se construíram em uma dinâmica de ação social. Minayo (2001) ressalta que uma pesquisa qualitativa não é baseada em dados numéricos, mas se aproxima da realidade através das relações sociais. Moreira (2002 apud Rocha 2011, p. 49) menciona que a pesquisa de natureza qualitativa não prima sobre o controle total de dados, mas valoriza o subjetivo, as relações sociais do sujeito, suas experiências, seu mundo.

Nessa perspectiva, o presente trabalho pautou-se em uma pesquisa documental com viés bibliográfico, cujo objetivo maior é analisar as características das tendências pedagógicas presentes na proposta curricular de ensino integrado, interdisciplinar e interdimensional entre educação básica, qualificação profissional e participação cidadã, do Programa Nacional de Inclusão de jovens- Projovem Urbano.

A escolha do objeto de pesquisa atende a uma exigência dessa especialização em Educação de Jovens e Adultos, porém, foi motivada pelo interesse da pesquisadora, uma vez que a mesma atuou como professora orientadora de uma turma de 35 alunos, no Projovem Urbano da cidade de Arapongas, no primeiro semestre do ano de 2009. Porém, o foco da pesquisa mantém-se no Programa nacional.

Para compreendermos melhor a escolha dos objetivos do Programa Projovem Urbano e posteriormente tentamos identificar as características de tendências pedagógicas nele presentes; traçamos uma linha do tempo, ressaltando os principais momentos históricos da educação brasileira explicitando aqueles relacionados à educação de Jovens e adultos, com base nas obras de Maria Lúcia de Arruda Aranha (2006) e Demerval Saviani (2007).

Os dados referentes às metodologias pedagógicas, perfil de alunos, procedimentos e pressupostos estabelecidos sobre o Projovem Urbano, partiram dos documentos que regem o programa nacionalmente: as Orientações gerais do programa e o Projeto Político Pedagógico, organizadas por Maria Umbelina Calafai Salgado (2008). As Orientações para gestores do programa, organizado por Maria José Vieira Féres e autores associados (2008).

Conceituamos brevemente as tendências pedagógicas, principalmente as de cunho liberal, sob análise das obras de José Carlos Libâneo (1992, 2012), também de Demerval Saviani (2011), explicitando as características pedagógicas e políticas das mesmas, e suas influências nas propostas do Programa Projovem Urbano.

3 CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

Os primeiros relatos sobre a educação no Brasil partiram da chegada dos jesuítas com a Companhia de Jesus. Aranha (2006) menciona que nessa época é impossível desvincular os acontecimentos no Brasil da Europa, uma vez que o Brasil colônia devia atender as demandas de Portugal.

Em 1549 chegou ao Brasil o primeiro grupo de Jesuítas, que tinham o intuito de catequizar os índios, pacificá-los por meio da religião cristã; porém, havia também os colonos e seus filhos, que necessitavam não somente da catequese, mas de educação formal. Para isso criaram escolas, instituíram colégios e seminários em diversos territórios brasileiros.

De acordo com Saviani (2011), esse processo é o início da educação brasileira e também a inserção do Brasil na ocidentalização, processo esse que envolveu três aspectos articulados entre si, a colonização, a educação e a catequese.

A primeira fase da educação jesuítica foi marcada pelo plano de instrução elaborado por Nóbrega. O plano iniciava-se com o aprendizado do português; prosseguia com a doutrina cristã, a escola de ler e escrever [...] culminava, de um lado, com o aprendizado profissional e agrícola. (SAVIANI, 2011, p. 43)

Nessa época prevaleceu a educação pautada sobre o Ratio atque Institutio Studiorum Societatis Jesu, ou Ratio Studiorum, que foi um documento composto por 467 regras que regiam o ensino nos colégios e escolas Jesuítas destinadas aos professores de classes superiores e inferiores, aos alunos, também sobre os exames e regras das academias.

A companhia de Jesus, já havia se estabelecido por quase 200 anos no Brasil, estava fortalecida e rica, pois ganhava benefícios do governo, havia uma preocupação sobre o poder que ela exercia sobre a população em todas as camadas sociais, também a produção agrária das missões.

Influenciados pelo iluminismo do século XVIII, Portugal vivia o contraste entre a atmosfera religiosa e a visão racional pautada pela Lógica, Saviani (2011) destaca que havia o anseio por mudanças, porém o peso das tradições.

Marquês de Pombal foi o grande responsável pela difusão dessas ideias, e ganhando notabilidade em Portugal através das instituições do estado novo, expulsou os Jesuítas em 1759 e vinculou a igreja ao Estado tornando-a independente de Roma. No mesmo ano determinou o fechamento dos colégios Jesuítas introduzindo as aulas Régias mantidas pela Coroa.

Defendiam o desenvolvimento cultural do Império português pela difusão das novas ideias de base empirista e utilitarista; pelo derramamento das luzes da razão [...] especialmente para a educação que precisaria ser libertada do monopólio Jesuítico, cujo ensino se mantinha [...] preso a Aristóteles e avesso aos métodos modernos de fazer ciência (SAVIANI, 2011, p.80).

A ruptura do sistema educacional dos Jesuítas de início foi prejudicial, de acordo com Aranha (2006), pois não havia outro projeto de ensino regular a ser implantado e os índios acabaram abandonando as missões.

Houve mudanças positivas no Período Pombalino, porém, a educação ainda caminhava a passos lentos, já que era direcionada a elite burguesa. De acordo com a autora, esse era o cenário educacional brasileiro no final do século XVIII:

Persistia o panorama do analfabetismo e do ensino precário, restrito a poucos, uma vez que a atuação eficaz dos jesuítas se fez sobre a burguesia e na formação das classes dirigentes [...] Durante esse longo período Brasil colônia aumentou o fosso entre os letrados e a maioria da população analfabeta (ARANHA, 2006, p. 193).

Havia a supervalorização do saber acadêmico e dos Bacharelados, dos profissionais liberais em detrimento das atividades manuais e da educação básica. Apesar de o ensino básico começar a incluir as ciências naturais e exatas, ainda prevalecia o crescimento da tendência tradicionalista.

Nessa época o Brasil deixava de ser colônia e se tornava Império, porém, a escolarização ainda era um fator alarmante no país. A população na maioria formada por escravos e pessoas do campo, não reivindicava a escolarização, o que mantinha a taxa de analfabetismo muito alta.

A partir do século XIX, as mudanças se tornam mais significativas. Saviani (2011) ressalta as ideias pedagógicas presentes na Assembleia Constituinte de 1823, em que no discurso de inauguração o Imperador Dom Pedro I destacou a necessidade de uma legislação especial para a educação pública.

A Assembleia tinha intenção de premiar as melhores propostas educacionais, para que fosse elaborado um “Tratado Completo de Educação da Mocidade Brasileira”, no intuito de criar regimentos educacionais que atendessem a demanda da instrução pública.

Um dos membros da Comissão da Assembleia, Martim Francisco, representou a memória que havia proposto para a reforma da capitania de estudos de São Paulo em 1816, que propunha a organização do conjunto da instrução pública dividida em três graus.

Em Saviani (2011, p. 120) Martin expõe que; “O primeiro grau cuidaria da instrução comum tendo como objeto as verdades e os conhecimentos úteis e necessários a todos os homens, e teria duração de três anos, abrangendo a faixa etária dos 9 aos 12 anos de idade [...]”.

Temos a conclusão de Martin, que justifica a duração dos cursos de primeiro segundo e terceiros graus, dessa forma:

Talvez pareça curta, e inexata a duração deste curso, e antecipado o termo médio, sabendo-se as matérias, que nele se devem ensinar; mas esta objeção esvaecerá [...] quando se refletir, que nos países quentes sendo mais prematuro o desenvolvimento físico e este andando a par com o intelectual, o menino mais cedo se desenvolve, com mais facilidade, em menor tempo aprende um maior número de verdades (MACHADO 1945, p.46 apud SAVIANI 2011, p. 121).

As propostas de Martin Francisco e o projeto de estímulo ao “Tratado Completo de Educação e Mocidade Brasileira”, não se concretizaram, pois a comissão de instrução pública investiu em um projeto de criação de Universidades, em que a intenção era de criar duas universidades em São Paulo, no entanto, esse projeto também não foi promulgado.

A Assembleia Constituinte foi dissolvida por Dom Pedro em 12 de novembro de 1823, e em 25 de março de 1824, foi criada a primeira constituição do Império do Brasil, em que se limitou no inciso 32 do último artigo (179), do último título (VIII), que a “instituição primária é gratuita a todos os cidadãos”. Reduzindo, assim, os propostos no discurso de Dom Pedro na inauguração da assembleia constituinte.

Mais tarde, em 1827, foi criada a lei das escolas de Primeiras letras, que segundo Saviani (2011) estava em sintonia com o espírito da época, tratava de difundir as luzes garantindo, em todos os povoados acessos básicos ao saber.

O currículo propunha a religião católica como oficial, princípio da moral cristã da doutrina. No currículo proposto também foi adotado o “ensino Mútuo”, que se esperava atingir o maior número de alunos a baixos custos, assim em 1827 esse método de ensino tornou-se oficial no país.

Saviani (2011) conclui que na primeira metade do século XIX esse método era ineficaz, somado a má remuneração de professores, falta de estrutura física, ausência de fiscalização por parte das autoridades de ensino e a demanda pela implantação de um serviço de inspeção nas escolas.

Algumas mudanças maiores foram acontecendo com a Reforma Couto Ferraz, que adotou a rigorosidade com a obrigatoriedade do ensino, garantindo multa aos responsáveis que não mantivessem seus filhos de 7 anos na escola. Nesse mesmo período a escola foi dividida em

escolas de primeiro grau, que compreendia o ensino elementar e segundo graus, que compreendiam a instrução secundária.

Infelizmente, o proposto nem sempre era efetivado, em 1859 em Niterói foi reaberta a Escola Normal, antes fechada por Couto. Saviani (2011) comenta que havia um esforço da província em se criar as Escolas normais novamente.

A reforma geral da instrução Pública paulista ocorreu com a Lei n° 88, de 8 de setembro de 1892, regulamentada pelo Decreto n° 144B, de 30 de dezembro do mesmo ano, estabeleceu que o ensino primário tivesse a duração de 8 anos compreendendo dois cursos: o preliminar (4 anos) e o complementar (4 anos). O ensino preliminar, destinado à educação de menores de ambos os sexos, de 7 anos em diante, seria ministrado em escolas preliminares e suas auxiliares – as escolas intermédias e as escolas provisórias.

Saviani (2011), afirma que a lei abrangia a totalidade da instrução pública, porém se concentrou na escola primária. Nessa época foram criados os Grupos escolares, que reuniam em um só prédio até dez escolas, anteriormente as escolas eram isoladas em classes primárias.

Fato importante foi a criação da ABE, Associação Brasileira de Educação, que aderiu a novas ideias pedagógicas, também organizou a I conferência Nacional de Educação, que se tornou regular com o passar dos anos.

Cabe também destacarmos a vertente socialista, que profundamente influenciou a educação no século XX. Foram as pedagogias do movimento operário que marcaram presença ao longo da primeira república.

Nessa mesma época foram se intensificando a criação de jornais de cunho socialista por todo o país, ideais que vinham do movimento operário europeu, esboçando uma classe proletária, com clima favorável a organizações de diferentes tipos. Com a revolução soviética o movimento operário foi se transferindo de libertários para comunistas e em 1922 é fundado o Partido Comunista do Brasil.

Dentre os ideais socialistas, Aranha (2006) destaca a importância da luta contra a dominação das classes e pela democratização do ensino, pela escola não dualista, distinção entre formar e profissionalizar:

As ideias socialistas provocaram grandes alterações nas concepções pedagógicas. Do ponto de vista epistemológico, rejeitam os pressupostos idealistas e ao materialismo tradicional contrapõem à dialética. Do ponto de vista político, denunciam a exploração de uma classe por outra e defendem a educação universal e politécnica (ARANHA, 2006, p. 209).

O século XX também foi marcado pelas lutas e oposições entre as tendências radicais e democráticas e as de mentalidade mais conservadora. Segundo Aranha (2006), essas correntes se impuseram umas contra as outras, ocasionando o impedimento ou orientação às transformações da educação.

Surgem nesse período os ideais da Escola Nova preconizados pelos liberais democráticos, que ambicionavam democratizar e transformar a sociedade através da escola. Tais ideais eram combatidos pela igreja católica que ainda pregava a tendência tradicional, não a mesma do período jesuítico, porém, tradicional.

Em 1930, Getúlio Vargas cria o Ministério da Educação e da Saúde, nomeando Francisco Campos para o cargo de Ministro. Dentre as importantes reformas é possível mencionar mudanças no campo do Ensino Secundário, que passou a ter dois ciclos: o fundamental e o complementar, e, também, no Ensino Superior: o novo estatuto das universidades brasileiras.

Com a Reforma Francisco Campos, foram criados sete decretos; destacamos os três mais influentes na educação da época:

- a) Decreto n. 19.850 de 11 de Abril de 1931: cria o Conselho nacional de Educação;
- b) Decreto n. 19.851 de 11 de Abril de 1931: dispõe sobre a organização do ensino superior no Brasil e adota o regime Universitário; [...]
- d) Decreto n. 19.890, de 18 de Abril de 1931: dispõe sobre a organização do ensino secundário (SAVIANI, 2011, p. 195).

Entre os manifestos e as leis sancionados nesse período também podemos citar o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932, assinado por 26 educadores, entre eles Fernando Azevedo e Anísio Teixeira. Segundo Aranha (2006), o documento defendia uma educação obrigatória, pública gratuita, a ser implantado em âmbito nacional, como dever do Estado.

O manifesto era inspirado por Anísio Teixeira, no sentido de igualar uma escola que antes destinava a escola profissional para os pobres e acadêmicas para os ricos. Apesar desse avanço, muitas foram as críticas sobre essas reformas, pois, diziam que o ensino secundário visava somente preparar o aluno para o ensino superior.

Mais tarde teremos a Reforma Capanema, que criou o curso supletivo de dois anos, passo importante para a estruturação da Educação de Jovens e Adultos, durante esse processo houve maior difusão das escolas profissionalizantes. Segundo a Lei Orgânica da reforma Capanema, haveria dois tipos de ensino profissional: um mantido pelo Estado e outro pelas empresas paralelas.

Em 1942, foi criado o SENAI, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, com cursos de aprendizagem e aperfeiçoamento profissional e em 1946 foi criado o SENAC, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, ambos atendendo a população de baixa renda que desejava profissionalizar-se.

Em 1961 Darci Ribeiro funda a Universidade de Brasília inspirado nas ideias de Anísio Teixeira. No mesmo ano teremos a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que vinha sendo idealizada há mais de 13 anos, porém surgiram muitas divergências e críticas dos escolanovistas a essa lei que descentralizava o ensino.

Segundo Aranha (2006), havia muita pressão para obtenção de verbas e influências entre o ensino público e privado. De acordo com a autora seria interessante se as verbas apenas se destinassem apenas às escolas públicas, visto que a cooperação financeira do governo não contribuiu para a diminuição da injustiça num país em que cinquenta por cento da população ainda era analfabeta.

Merece destaque o período que corresponde à ditadura militar, que freou as produções artísticas e acadêmicas de uma forma nunca antes vista no país. Também freou os planos e projetos que estavam sendo desenvolvidos para a educação, pois, a ditadura controlava até mesmo os grêmios estudantis, transformando-os em centros cívicos.

Nessa época também se destacam os exilados e presos políticos, dentre os exilados destacamos Paulo Freire. Paulo Reglus Neves Freire nasceu em Recife, Pernambuco, em 19 de Setembro de 1921 e faleceu em São Paulo, no dia 2 de Maio de 1997. Formou-se em Direito em 1946, pela Faculdade de Direito do Recife. Porém não exerceu a advocacia, em 1947 já assumiu o cargo de diretor do setor de educação e cultura do SESI, logo tornou-se superintendente.

Fomentado por ideais que visavam diminuir as desigualdades sociais, através da educação e do pensamento crítico, Paulo Freire tornou-se famoso ao promover em Angicos, Rio Grande do Norte, a alfabetização de 300 trabalhadores em 45 dias, o que despertou interesse local e do governo.

O êxito e a repercussão de sua experiência de alfabetização conduziram-no ao Recife para postos de âmbito nacional [...] presidir a Comissão Nacional de Cultura Popular instituída por portaria do ministro Paulo de tarso [...] em 1963. Foi chamado a assumir também a coordenação nacional do Plano de Alfabetização, criado na passagem de 1963 para 1964(SAVIANI, 2011, p. 322).

O governo pretendia organizar 20 mil círculos de cultura, como era chamado seu método de alfabetização, no intuito de atingir dois milhões de adultos por ano. Segundo Aranha (2006, p.211), “a expressão ‘educação popular’ assume, então, o sentido de uma educação do

povo, pelo povo e para o povo, pretendendo-se superar o sentido anterior, criticado como sendo uma educação das elites [...]”.

Saviani (2011, p. 335) menciona que o método Freire foi um “método de alfabetização ativo, dialogal, crítico e criticizador”, que ele considera como “um método enraizado no existencialismo cristão, dialogando com o marxismo”.

O autor também classifica o método Freire, como uma espécie de “escola Nova popular” que, de acordo com ele não é uma crítica, mas reconhecimento pelo trabalho do educador Paulo Freire, como inovador e de muita importância social. Infelizmente as mobilizações iniciadas por Freire tiveram suas atividades encerradas ou diminuídas no período da ditadura militar, o que culminou seu exílio no Chile.

Já em 1967 foi Criado o Mobral, Movimento Brasileiro de alfabetização, considerado por Aranha (2006, p. 311) “uma mutilação do Programa de Paulo Freire”, uma vez que só oferecia as fichas de leitura e não o processo de conscientização.

O Mobral foi criado pelo governo federal, em 15 de Dezembro de 1967 pela Lei nº 5.379. Amplamente divulgado por todo o país, com objetivo de erradicar o analfabetismo em dez anos, a proposta inicial era a alfabetização funcional de jovens e adultos a partir de técnicas de leitura, escrita e cálculo, no intuito de melhora de vida e de integração social, porém, sem atribuir-lhe maiores e mais complexas ações educacionais.

Extinto em 1985, o Mobral não atingiu suas metas, diminuindo muito pouco os níveis de analfabetismo nacionais. Em contrapartida, segundo Aranha (2006, p. 341), “na década de 1970 fez sucesso no Brasil a tradução de obras pedagógicas de educadores não-diretivistos, fazendo contraste com o tecnicismo implantado em nossas escolas pela ditadura.”

Nas décadas seguintes, marcou a Educação de Jovens e Adultos a Constituição de 1988, que garantia ensino público e gratuito para todos os jovens e adultos. Destaca-se também a V conferência de Educação de Jovens e Adultos em 1997, em Hamburgo na Alemanha, onde primeiramente se discutiu a inclusão de jovens na modalidade de educação de adultos.

Dentre os programas atuais destacamos o Programa Brasil Alfabetizado (PBA), criado pelo Ministério da Educação em 2003, para a alfabetização de jovens, adultos e idosos, também formação aos alfabetizadores com o objetivo principal de universalizar o acesso à educação, segundo a descrição do programa:

O PBA é parte integrante da política de Educação de Jovens e Adultos (EJA), sendo considerado a porta de entrada para o ensino fundamental de jovens, adultos e idosos. É desenvolvido em todo o território nacional, por meio da transferência de recursos financeiros, [...] a voluntários que atuam como professores de alfabetização, coordenadores de turmas e tradutores-intérpretes de libras (PORTAL BRASIL, 2013).

O governo gerencia a distribuição de verbas, de acordo com o número de alunos e alfabetizadores, o programa tem foco em municípios situados na região norte e nordeste, também em áreas rurais, no intuito de alfabetizar e prolongar os estudos dessas pessoas.

Em 2003, foi Criado pelo governo Lula, o programa Brasil Alfabetizado, com a ideia inicial de erradicação do analfabetismo em 4 anos; posteriormente o programa PROEJA , que incluía Ensino médio, e auxílio financeiro e PROJovem URBANO, que atendia a qualificação profissional e participação cidadã, Ensino Fundamental e auxílio financeiro.

4 PROGRAMA NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS PROJovem URBANO

A juventude é mais do que apenas uma fase de transição, caracteriza-se como uma fase de consolidação de sonhos, projetos. Também é uma fase de projeção social, pois, deixa o espaço protegido da infância e adentra-se ao espaço independente.

Apesar da pouca idade, muitos jovens estão diariamente face a face com inúmeros desafios de sobrevivência, seja pelo fato da luta diária contra a violência, drogas, doenças, também pela luta para garantir a subsistência. Nessa fase, milhares já iniciaram uma nova família, necessitando garantir o sustento desses.

Considerando a multiplicidade, desigualdade e diversidade que permeiam as questões da juventude, o Conjuve (Conselho Nacional da Juventude) afirma em seus documentos que as demandas juvenis devem ser contempladas por meio de políticas universais, que levem em conta as singularidades juvenis.

Reafirmando as necessidades e as potencialidades das diferentes juventudes brasileiras, os documentos do Conselho estabelecem também a seguinte subdivisão etária: jovem-adolescente, entre 15 e 17 anos; jovem-jovem, entre 18 e 24 anos; jovem-adulto, entre 25 e 29 anos.

Investir em uma política nacional integrada para/de juventude, com programas e ações voltados especialmente para a população juvenil que se encontra em situação de maior vulnerabilidade, representa uma dupla aposta: significa criar as condições necessárias para romper um ciclo de reprodução de desigualdades e restaurar a esperança desses jovens na sociedade, no seu próprio futuro e no futuro do Brasil (Rangel; Figueira apud FÉRES, 2008, p. 67).

Buscando garantir apoio a esses jovens, em 2004 o Governo Federal formou um grupo interministerial composto por 19 Ministérios e Secretarias Especiais, com o objetivo de criar bases para a Política Nacional de Juventude.

No ano seguinte foi criado por Medida Provisória convertida na Lei 11.129/2005, a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem).

O programa Nacional de inclusão de Jovens, Projovem Urbano, foi criado como ação integrante da Política Nacional de Juventude do governo federal, implantado sob a coordenação da Secretaria Nacional de Juventude da secretaria geral da presidência da república, juntamente

com os Ministérios da Educação, Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e combate a fome.

Regulamentado pelo Decreto nº 5.557, de 05 de outubro de 2005, obteve parecer favorável da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação CEB/CNE 2/2005, de 16 de março de 2005, resolução 3/2006, de 15 de Agosto de 2006, como um curso experimental, de acordo com o artigo 81 da Lei nº 9.394, de vinte de dezembro de 1996.

Lançado em 2008, o Projovem Integrado surgiu da união de outros seis programas voltados para a juventude: o próprio Projovem (da secretaria Nacional de Juventude, vinculada à Secretaria Geral da Presidência da República); Agente Jovem (ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome); Saberes da Terra e Escola de Fábrica (Ministério da Educação); Juventude Cidadã e Consórcio Social da Juventude (Ministério do Trabalho e Emprego). Juntos esses programas atenderam 683,7 mil jovens entre 2007 e 2008 (SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA, 2013).

De acordo com informações do Governo Nacional, desde o segundo semestre de 2008, quando entrou em vigor, até o fim de 2009, o Projovem Urbano atendeu cerca de 350 mil jovens. Incluindo as outras três modalidades que compõem o Projovem Integrado (Projovem Campo, Projovem Trabalhador e Projovem Adolescente), são cerca de mais de 1 milhão de jovens atendidos.

Desenvolvido com caráter emergencial e experimental, o Programa Nacional de inclusão de Jovens- Projovem visa atender a parcela da população nacional de jovens de 18 a 29 anos mais vulnerável e menos assistidos pelas políticas públicas então vigentes. Buscando os jovens que ainda não concluíram o Ensino Fundamental II, que não possuíam nenhum vínculo financeiro, com a necessidade de retomar os estudos e qualificar-se profissionalmente.

[...] Projovem Urbano cuja finalidade é promover a inclusão social dos jovens brasileiros de 18 a 29 anos que, apesar de alfabetizados, não concluíram o ensino fundamental, buscando sua re-inserção na escola e no mundo do trabalho, de modo a propiciar-lhes oportunidades de desenvolvimento humano e exercício efetivo da cidadania (Salgado, 2008, p.10).

Além de garantir a formação básica até a nona série do Ensino Fundamental, o PJU (Projovem urbano) proporciona qualificação profissional dividida nos Arcos Ocupacionais escolhidos de acordo com as necessidades específicas de cada local.

Há Também, a participação cidadã que envolve ações comunitárias, culturais, esportivas e de lazer. Aos alunos devidamente matriculados é concedido um auxílio financeiro no valor de R\$100 reais, o recebimento desse auxílio condiciona-se a frequência de 75 %, entrega de provas e trabalhos.

Com duração de dezoito meses, o Programa engloba Ciências Humanas, Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Matemática, Ciências da Natureza, Participação Cidadã, Qualificação Profissional e Informática.

Os conteúdos são divididos em seis Unidades formativas, cada uma com um eixo temático único, integrando todas as disciplinas. Os alunos também têm uma avaliação geral no final de cada unidade.

4.1 OBJETIVOS GERAIS DO PROJÓVEM URBANO: DESAFIOS EM FOCO

Dentre os objetivos do Projovem Urbano destacamos garantir aprendizagem efetiva, recuperar o tempo, restabelecer a auto-estima, criar identidade, garantir os direitos, resgatar valores, cultura, combater a violência, o preconceito, a desigualdade, a intolerância, a impaciência e desilusão. Assim, destacamos:

Tratar a inclusão social no contexto do desenvolvimento humano e dos direitos de cidadania, [...] afirmar o jovem como sujeito de direitos; valorizar suas expressões culturais seus saberes, suas emoções, sensibilidades, sociabilidades, ações éticas e estáticas; compreender a juventude na perspectiva de geração [...] pressupõe um diálogo produtor de escutas e aprendizados mútuos (SALGADO, 2008, p.13).

Também desenvolver um currículo integrado, interdisciplinar e interdimensional, permitindo que o jovem atue como sujeito, construtor de um todo que lhe faça sentido. Espera-se que ao término do curso os jovens sejam capazes de:

[...] afirmar sua dignidade como seres humanos, trabalhadores e cidadãos; utilizar a leitura e a escrita, assim como outras formas contemporâneas de linguagem, [...] compreender os processos sociais e os princípios científicos e tecnológicos que sustentam a produção da vida na atualidade; estabelecer um projeto de desenvolvimento profissional, considerando suas potencialidades, suas necessidades de aprendizagem e as características de seu contexto de trabalho (SALGADO, 2008, p. 37).

Os fatores mais importantes citados são aqueles que visam garantir o acesso do jovem matriculado a novas possibilidades, educacionais, tecnológicas, profissionais, sociais e culturais, dando-lhe ferramentas necessárias para que ele possa refletir sobre seu papel na comunidade, na sua própria vida, exercer seus direitos e deveres, posicionar-se ativamente perante a sociedade.

[...] Assumir responsabilidades em relação ao grupo familiar e a sua comunidade, assim como frente aos problemas que afetam o país, a sociedade global e o planeta; [...] Exercer direitos e deveres da cidadania, participar de processos e institucionalizações que caracterizam a vida pública numa sociedade democrática (SALGADO, 2008, p. 38).

Assim, os objetivos presentes no Projovem Urbano (PJU), cujas propostas curriculares rompem com os paradigmas atuais de ensino e aprendizagem, promovendo um ensino tridimensional, corroboram seus pressupostos de que é preciso incluir essa parcela vulnerável da população, para que lhe sejam garantidos uma formação educacional e profissional democrática.

Conclui-se que o foco do programa não é apenas formar jovens para o trabalho, mas propiciar o resgate a dignidade, a formação social e cidadã, caracterizando o aluno como sujeito,

protagonista de sua história, dando-lhe ferramentas para que trilhe seu caminho para o futuro profissional e pessoal.

4.2 DIRETRIZES CURRICULARES

O eixo estruturante do Programa ProJovem Urbano esta em seu Currículo Integrado em três dimensões: Formação Básica, Qualificação Profissional e Participação Cidadã.

O currículo do Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária – ProJovem foi desenvolvido no início do ano de 2005, com base em um conjunto de oficinas de estudos com a participação de especialistas em educação, qualificação para o trabalho e serviço social. Fundamenta-se nos princípios político-pedagógicos, diretrizes curriculares e metodológicas definidos no PPI. A matriz curricular foi uma referência essencial para a elaboração dos materiais didáticos e complementares, a organização do trabalho pedagógico e a avaliação dos processos de ensino e aprendizagem. O Programa dá grande importância ao protagonismo dos jovens e à cidade como espaço educativo (FÉRES, 2008, p.18).

As diretrizes Curriculares do programa estão atreladas aos seus objetivos gerais, assim, seu currículo foi criado de maneira que contemplasse essa Formação Tridimensional. Salgado (2008, p.38) diz que: “o currículo do ProJovem Urbano organiza-se como uma rede resultante do cruzamento de eixos estruturantes com os conteúdos curriculares selecionados”, definidos tanto os conteúdos quanto os eixos estruturantes baseados no público em potencial.

As diferentes dimensões que funcionam como pilares do currículo do ProJovem Urbano: a Formação Básica para elevação da escolaridade ao nível da 8ª série do ensino fundamental, a Qualificação Profissional para o mercado do trabalho, incluindo qualificação inicial em um Arco Ocupacional e a Participação Cidadã, envolvendo uma experiência de ação social cidadã. Essas três dimensões devem ser articuladas, no currículo do ProJovem Urbano, de modo que cada uma contribua para fortalecer as demais (FÉRES, 2008, p.74).

Os temas foram divididos entre as seis unidades formativas, assim, podemos citar: “Juventude e cultura, Juventude e cidade, Juventude e trabalho, Juventude e Comunicação, Juventude e tecnologia e Juventude e Cidadania”. Todos os educadores e professores orientadores das diferentes áreas que compõem o programa têm esses eixos como referência.

Um dos fatores inovadores do PJU, está no fato da humanização do processo de ensino e aprendizagem em que há processo de escuta acolhimento do aluno:

O acolhimento como disposição ético-política ao outro, criando alternativas de resolução de questões que possam acontecer no cotidiano. Também faz parte desta temática trabalhar a idéia de vínculo e de escuta como dispositivo de compreensão e interpretação das demandas sociais, culturais, políticas e institucionais, melhorando a qualidade das intervenções propostas, por meio dos conceitos de corresponsabilização, apropriação e autonomia dos sujeitos, em relação aos processos de ensino e aprendizagem (FÉRES, 2008, p.74)

A concepção pedagógica do PJU, em relação à Qualificação Profissional está atrelada à Formação Técnica Geral (FTG) que aborda os aspectos comuns referentes a qualquer ocupação, formando o profissional para o mundo contemporâneo. Também está ligada aos Arcos Ocupacionais e ao Projeto de Orientação Profissional:

Desta feita, busca-se na abordagem da Formação Técnica Geral (FTG), dos Arcos Ocupacionais (AOs) e do Projeto de Orientação Profissional (POP) o enfrentamento dessa questão na produção de conhecimentos, ao longo dos textos para leitura e das atividades pedagógicas, sob a ótica de um projeto pedagógico integrado, no qual a qualificação social profissional considera as condições atuais de organização e reestruturação do trabalho, em resposta a uma sociedade em processo acelerado de mudanças econômicas e sociais (FERES, 2008, p. 77).

Desse modo configura-se as diretrizes gerais de currículo do PJU, entre Formação Básica, Qualificação Profissional e Participação Cidadã.

A Formação Básica deverá garantir as aprendizagens que correspondem às Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino fundamental e a certificação correspondente e, ao mesmo tempo, fundamentar a Qualificação Profissional e a Participação Cidadã. A Qualificação Profissional inicial deverá possibilitar novas formas de inserção produtiva, com a devida certificação, correspondendo, na medida do possível, tanto às necessidades e potencialidades econômicas, locais e regionais, quanto às vocações dos jovens. A Participação Cidadã deverá garantir aprendizagens sobre direitos sociais, promover o desenvolvimento de uma ação comunitária e a formação de valores solidários (SALGADO, 2008, p. 34).

Assim, observa-se no Programa ProJovem Urbano um Currículo Integrado tridimensional, assim como fora proposto em seu Projeto Político Pedagógico, Salgado (2008, p. 31) Salienta que “o currículo do ProJovem Urbano abrange os diferentes aspectos do ser humano em sua interação com a cultura e a sociedade contemporâneas”.

5 PERFIL NACIONAL DOS JOVENS ATENDIDOS

Quem são os jovens que o PJU quer alcançar? Quem são ?como vivem? De acordo com Salgado (2008, p. 26), estudos realizados até 2005, definiram o público potencial, para o Programa com jovens entre 18 e 24 anos de idade que cursaram ao menos a quarta série do Ensino Fundamental.

Mais tarde houve a redefinição sobre o público do programa de 18 a 29 anos, para isso houve um estudo populacional promovido pela equipe técnica do Centro de políticas públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora CAEd/UFJF.

A redefinição também se baseou nos dados do IBGE, a partir da Pesquisa nacional por amostra de domicílios (Pnad) 2005 e 2006, sistema IBGE de recuperação Automática de dados (Sidra) e contagem populacional.

a população brasileira Jovem com idade entre 18 e 29 anos duplicou no período de 1970 a 2000. No segmento urbano triplicou passando de 10.885.955 (ou 58 % da população total), em 1970, para 30.820.196, em 2000 (ou 83% da população total) (Salgado 2008, p. 27).

As observações ainda mostraram que entre os jovens atendidos 53 % são mulheres; a metade deles entre 21 e 22 anos de idade; 15 % cursaram até a quarta série do ensino fundamental; 53 % até a 5º ou 6º série. Entre os avaliados 77 % são solteiros, 73% são chefes de família, 53 % têm filhos.

Em relação ao mercado de trabalho, dos jovens avaliados 20 % nunca trabalharam e 53 % começaram a trabalhar entre 13 e 18 anos de idade, 70 % dos que trabalham não tem carteira assinada, 60% ficaram menos que seis meses no emprego. Em 2005 mais da metade que trabalhavam nunca tiveram feito curso profissional, desses 90% ganham menos que o salário mínimo.

As análises mostraram também, que a relação desses jovens com o mercado de trabalho, merece atenção, uma vez que a colocação e permanência desses jovens no mercado formal, ainda são precárias, de curta duração, uma vez que se agravam quando a maioria é chefe de família, sendo às vezes a único fornecedor de renda familiar.

O estudo mostra também que os jovens se preocupam em obter a certificação do ensino fundamental e aprender uma profissão por acreditarem que estas são condições básicas para sua emancipação e a de suas famílias. E tem perfeita noção e pertencimento comunitário e disponibilidade para ações coletivas e participativas. (SALGADO, 2008, p. 19)

A democratização das vagas em cada município se tornou um dos maiores desafios do programa de acordo com seus idealizadores, era preciso fazer com que todos esses jovens do público alvo tivessem acesso às informações sobre o programa, também que se enquadrassem no perfil estipulado.

Com base nos dados da pesquisa, notamos que os jovens aos quais o Projovem Urbano quer alcançar, são precariamente empregados e /ou escolarizados, o que caracteriza a importância do Programa para atender essa parcela da população.

6 AS TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS LIBERAIS E PROGRESSISTAS

As tendências pedagógicas são muito relevantes para a educação, principalmente para as propostas pedagógicas e prática docente. O conhecimento dessas tendências e perspectivas de ensino colaboram para um trabalho direcionado:

É necessário esclarecer que as tendências não aparecem em sua forma pura, nem sempre, são mutuamente exclusivas, nem conseguem captar toda a riqueza da prática escolar. São, aliás, as limitações de qualquer tentativa de classificação. De qualquer modo, a classificação e descrição das tendências poderão funcionar como instrumento de análise para o professor avaliar sua prática de sala de aula. (LIBÂNEO, 2012, p.21)

No entanto, destaca-se que as tendências pedagógicas não podem ser avaliadas com a significação restritas a si mesmas, uma vez que, historicamente elas não aparecem de forma isolada ou destituída de relação com outras formas de se compreender o processo educativo. Para configurar o trabalho, optamos por fazer um breve histórico sobre as tendências pedagógicas no Brasil, segundo Libâneo (2012) e suas características.

No quadro abaixo apresentaremos, a classificação das tendências pedagógicas:

Classificação das Tendências pedagógicas	
<p>A - Pedagogia Liberal</p> <p>Tradicional</p> <p>Renovada progressista</p> <p>Renovada não-diretiva</p> <p>Tecnicista</p>	<p>B- Pedagogia Progressista</p> <p>Libertadora</p> <p>Libertária</p> <p>Crítico social dos conteúdos</p>

Quadro 1: classificação das tendências Pedagógicas

Fonte: Libâneo (2012, p. 21)

De acordo com Libâneo (2012, p. 22) conceituam a pedagogia liberal erroneamente, como sendo democrática aberta; porém, o termo 'liberal' está diretamente relacionado ao

capitalismo e aos interesses individuais da sociedade, com a organização social baseada na propriedade privada e nos meios de produção.

Já as tendências progressistas, diferem muito do conceito das tendências liberais, Libâneo (2012, p.72) diz; “em oposição a pedagogia liberal, a progressista concebe a educação como um processo de humanização dos homens, mas inserido no contexto de suas realções sociais.” Ainda seguindo os conceitos de Libâneo (2012) será apresentado um quadro síntese sobre as tendências pedagógicas:

Tendências pedagógicas	Caractêricas Principais	Papel da escola	Conteúdos	Métodos
TRADICIONAL	Acentuar o ensino humanístico, de cultura geral	Função da escola é preparar os indivíduos para o desempenho de pápeis sociais.	Valores acumulados de geração a geração	Esposição verbal da matéria demonstração
RENOVADA PROGRESSISTA	Valorização do experimento, da descoberta, estudo do meio natural e social	Adequar as necessidades individuais do aluno ao meio social.	Baseados na experiência do sujeito, associados ao conhecimento cognitivo	Aprender na prática
RENOVADA NÃO DIRETIVA	Valorização do auto-desenvolvimento e realização pessoal	Formar atitudes preocupar-se com o psicológico do aluno; propiciar a mudança interior do indivíduo.	Ênfase nas comunicações, autogestão dos conhecimentos.	Professor como facilitador da aprendizagem do aluno
TECNICISTA	Modeladora do comportamento humano	Prepara indivíduos para mercado de trabalho de modo objetivo.	Princípios científicos ordenados em sequência lógica.	Aplicação sistemática dos princípios científicos.
LIBERTADORA	Questiona a realidade das	Conscientizar o aluno da sua	Temas geradores	Diálogos e discussões,

	relações do homem com a sociedade e a natureza	realidade.		problematizações.
LIBERTÁRIA	Princípios de autogestão, resistência a burocracia denominadora do estado.	Transformar o aluno de modo libertário e autogestionário.	Conteúdos disponibilizados, mas não obrigatórios.	Autogestão, criação de grupos.
CRÍTICO-SOCIAL DOS CONTEÚDOS	Princípios da aprendizagem significativa; aproveitamento do conhecimento de mundo do aluno.	Difusão dos conteúdos.	Conteúdos culturais, universais; reavaliados diante da realidade social.	Vincular a realidade social aos conteúdos.

Quadro 2- síntese das tendências pedagógicas

Fonte: Libâneo (2012)

6.1 CARACTERÍSTICAS DAS TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS NO PROJÓVEM URBANO: EXPLICITANDO UM PARADOXO

Após análise documental do Projeto Político Pedagógico, Orientações Gerais e Textos Complementares para Formação de Gestores do Programa Projovem urbano, nota-se que não existe apenas uma tendência na proposta pedagógica, mas sim tendências concomitantes.

Libâneo (2012, p.22), afirma que: “A educação brasileira, pelo menos nos últimos cinquenta anos, tem sido marcada pelas tendências liberais, nas suas formas ora conservadora, ora renovada”. Desse modo foram explicitados, as características das tendências pedagógicas liberais e/ou progressistas, observadas nesses documentos e aplicadas ao currículo tridimensional do Projovem Urbano.

Foi observado que há um esforço por parte do programa, em oferecer ao aluno mais que uma simples transposição de conhecimento, cria-se então um paradoxo, em relação ao programa, para que o mesmo em sua totalidade seja capaz de ser inovador e não seguir os padrões tradicionais tecnicistas.

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem Urbano, proposto pela Secretaria Nacional da Juventude é exatamente isso. Política ambiciosa, procura confrontar tendências tecnocráticas arraigadas nas práticas educacionais destinadas a jovens que não se encontram em situação de exclusão social, com outra, destinada ao atendimento de jovens que com mais de 18 anos ainda não conseguiram concluir o ensino fundamental, que, no caso dos jovens participantes do Projovem Original, em 56,2% dos casos nunca participaram de qualquer programa de qualificação profissional e que apenas conseguem se inserirem categorias como a dos excluídos, dos carentes, dos marginalizados e quase nunca na do jovem do Século XXI, do jovem de uma sociedade digital, globalizada (Rangel; Figueira apud FÉRES , 2008, p. 67).

Nessa perspectiva, fica evidente no programa Projovem Urbano a preocupação com a formação completa desse jovem, especialmente direcionada, portanto, precisa inovar em seu currículo, uma vez que seus objetivos são de promover a educação básica, qualificação para o trabalho e participação cidadã.

Em relação ao objetivo de qualificar profissionalmente o jovem, o Projovem urbano propõe os Arcos ocupacionais; que constituem 23 especialidades, que são aplicadas aos Pólos de acordo com os interesses comerciais de cada região, como citado por Salgado (2008. p. 41) “preparam o jovem para atuar no mundo do trabalho como empregado, pequeno empresário ou membro de cooperativa. Baseando-se em concepções contemporâneas de organização do trabalho.”

Arco Ocupacional é entendido como um conjunto de ocupações relacionadas, dotadas de base técnica comum, que podem abranger as esferas da produção, da circulação de bens e da prestação de serviços, garantindo uma formação mais ampla e aumentando as possibilidades de inserção ocupacional do/a trabalhador/a (FÉRES et al., 2008, p. 81).

Apesar de oferecer ao jovem 23 especialidades, e o esforço para que o conhecimento não seja apenas tecnocrático, notamos características da tendência tecnicista em relação a formação para o trabalho no Projovem, pois, ao propor uma base técnica comum, exemplificado por Libâneo (2012):

Seu interesse imediato é o de produzir indivíduos “competentes” para o mercado de trabalho, transmitindo eficientemente, informações precisas, objetivas e rápidas. A pesquisa científica, a tecnológica educacional, a análise experimental do comportamento garantem a objetividade da prática escolar, uma vez que os objetivos instrucionais (conteúdos) resultam da aplicação de leis naturais que independem dos que a conhecem ou executam (LIBÂNEO, 2012, p. 30).

Em relação a educação básica, no PJU além dos conteúdos universais, os educadores das diferentes áreas, primaram em escolher os conteúdos que permitissem aos alunos da área Urbana identificarem os aspectos importantes para sua vivência, resultado de um trabalho coletivo por parte dos educadores.

No Projovem Urbano, [...], a orientação para a seleção dos conteúdos das disciplinas vem da identificação de aspectos importantes para os jovens que vivem nas áreas Urbanas e que, em algum momento de suas vidas, foram excluídos socialmente da escola, do mundo do trabalho, do exercício da cidadania. (SALGADO, 2008, p. 37)

Com base no exposto por Salgado (2008), notamos características da tendência crítico-social dos conteúdos, pois, a escolha dos conteúdos é baseada na realidade social do jovem, ou seja, os conteúdos universais são ligados a sua vivência diária.

Sobre os conteúdos da tendência crítico-social, Libâneo (2012, p. 41) afirma; “são conteúdos culturais, universais, que se constituíram em domínios de conhecimento relativamente autônomos, incorporados pela humanidade, mas permanentemente reavaliados face das realidades sociais”.

Dessa maneira, dentro de cada Unidade formativa, a cada tema integrador abordado, o jovem se apropria dos conteúdos, não por si mesmos, mas como guia para desenvolver suas habilidades variadas, também seus valores, consciência crítica, alcançando os objetivos estabelecidos.

É importante ressaltar as características da tendência Crítico-social dos conteúdos nas atividades do PLA (Plano de ação comunitária) e do POP (Projeto de orientação Profissional),

pois, o primeiro prioriza a desenvolvimento social como meio transformador, e o segundo uma reflexão sobre as práticas sociais que envolvem o trabalho.

Segundo as Orientações gerais do programa, Salgado (2008, p. 44), ressalta os objetivos primordiais do POP [...] “a finalidade principal é promover o crescimento pessoal do aluno da visão crítica da realidade em que vive e da formação profissional que lhe foi oferecida no curso.”

O esforço de elaboração de uma pedagogia “dos conteúdos” está em propor modelos de ensino voltados para a interação conteúdos realidades sociais; portanto, visando avançar em termos de uma articulação do político e do pedagógico, aquele que como extensão deste, ou seja, a educação “ a serviço da transformação das relações de produção”(LIBÂNEO, 2012, p. 44)

Libâneo (2012, p. 81) ressalta as características da prática didática e da prática social, como não sendo somente a “transmissão unilateral de conteúdos”, mas, conteúdos atuais e articulados com a realidade social, bens culturais, envolvendo os aspectos socioculturais e psicológicos do aluno.

Observando as relações intrínsecas entre as tendências pedagógicas e o invólucro escolar, os reconhecimentos das mesmas no projeto escolar, nos objetivos escolares, corroboram para direcionar o trabalho pedagógico, atendendo aos interesses escolares e/ou sociais.

Em relação ao Projovem Urbano, configura-se, então, um paradoxo na estrutura do programa, cujas tendências pedagógicas de ideais opostos foram aliadas, pois, destacam os liberais como “ideais profissionalizantes do mercado e formação de mão- de - obra”, contra os progressistas que primam por uma educação pautada na realidade e na prática social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente discute-se muito no cenário político mundial dos países em desenvolvimento soluções para diminuir as desigualdades sociais. A educação como principal fator para a promoção da igualdade.

O objeto da pesquisa apresentada ressalta a importância das tendências pedagógicas para a educação de Jovens e adultos, para tal fez-se imprescindível identificar e entender os caminhos pelos quais percorreu a educação nos últimos anos, e quem são os alunos que formam o público da EJA no Brasil atualmente.

Após a análise do perfil dos alunos de EJA, concluímos que o cenário de desigualdade e rupturas no ensino foi historicamente reproduzido, gerando um contingente populacional marginalizado.

Os fatos observados na pesquisa, apontaram também que com as leis de políticas públicas voltadas para apoio e criação de programas, como o Projovem Urbano, na tentativa de atender a essa grande demanda de alunos é de extrema importância, pois, colaboram para a reinserção desses alunos na escola e conseqüentemente no mercado de trabalho.

As tendências pedagógicas se tornaram o foco da pesquisa, uma vez que são indispensáveis para a análise de processos e metodologias educacionais, as mesmas também delimitam os objetivos aos quais se quer atingir, envolvem o momento histórico, os fatores sócio-econômicos e o processo educacional.

É mister retomarmos a idéia de que nenhuma tendência esgota-se em si mesma, nem em sua forma pura. As características das tendências pedagógicas no programa Projovem Urbano, revelaram que o método escolhido pelos idealizadores do programa, reúne parte de tendências, ora liberais, ora progressistas.

Portanto, esse trabalho colaborou para que seja estabelecido um novo olhar sobre os objetivos pedagógicos na EJA, demonstrando que nos processos de ensino e aprendizagem devem ser respeitadas e incorporadas ao ensino as experiências e vivências desses jovens e adultos. Permitindo dessa maneira a inserção desses jovens na sociedade, a partir de seu próprio meio, de sua própria comunidade, dando-lhes visibilidade, construindo saberes e valorizando a cultura.

A análise dos objetivos do Programa Projovem Urbano, apresentados em seus documentos oficiais, comparados às características das tendências pedagógicas, apontam que a proposta pedagógica do Programa Nacional de inclusão de Jovens ,Projovem urbano (PJU),

respeita, agrega as experiências e visão de mundo do aluno ao processo educacional, promovendo a valorização do indivíduo e colaborando para a inserção social deste.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lucia de Arruda. **História da educação e da pedagogia: Geral e Brasil**. 3ed. São Paulo: Moderna, 2006, p. 140- 347.

BRASIL. Todos pela educação. **Brasil tem a maior taxa de evasão escolar entre cem países diz PNUD**. Disponível em: <<http://www.todospelaeducacao.org.br/comunicacao-e-midia/educacao-na-midia/26226/brasil-tem-3-maior-taxa-de-evasao-escolar-entre-100-paises-diz-pnud/>> Acesso em: 20 set. 2013.

BRASIL. Ministério da educação. **Programa Brasil Alfabetizado. 2013**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2011/10/brasil-alfabetizado>> Acesso em: 27 nov.2013.

BRASIL. Secretaria geral da Juventude. **Programa Nacional de Inclusão de Jovens Projovem**. Disponível em <http://www.secretariageral.gov.br/Juventude/guia-de-politicas-publicas-de-juventude/principais-programas-de-juventude/programa-nacional-de-inclusao-de-jovens-projovem> > Acesso em : 01 mar.2014

FÉRES, Maria José Vieira et al. Secretaria-Geral da Presidência da República. Secretaria Nacional de Juventude. Coordenação Nacional do Projovem Urbano. **Textos Complementares para Formação de Gestores: Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem Urbano**, Brasília, 2008, 96 p. Disponível em:<http://www.projovem.gov.br/userfiles/file/formacao/Textos%20Comp1%20Formacao%20Gestores_FINAL_baixa.pdf> Acesso em 15 jul. 2013

_____. Secretaria-Geral da Presidência da República. Secretaria Nacional de Juventude. Coordenação Nacional do Projovem Urbano. **Projeto Pedagógico Integrado – PPI Projovem Urbano**. 83 p. Brasília. 2008 Disponível em: <http://www.projovem.gov.br/userfiles/file/SET%202008_%20PPI%20FINAL.pdf> Acesso em: 17 jul. 2013

HADDAD, Sérgio. Tendências atuais da educação de jovens e adultos no Brasil. In: MECINEP-SEF/UNESCO. **Encontro Latino-Americano Sobre Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores – Anais**, Brasília, 1994, p. 86-108.

LIBÂNEO, J. C. Tendências pedagógicas na prática escolar. **Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos Conteúdos**. 27 ed. São Paulo: Loyola, 2012, p.19-33

_____. Tendências pedagógicas do Brasil e a Didática. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1992 p. 64 -70.

MACEDO, Carmem severine. Políticas públicas de Juventude. **Guia de políticas públicas de juventude**. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://www.juventude.gov.br/politica>>. Acesso em: 11 ago .2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 2001. Disponível em:< http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2009-2/2SF/Pesquisa_Social.pdf>
Acesso em: 19 nov.2013.

ROCHA, Zenaide de Fátima Dante Correia.**Uma História de sucesso na educação científica: a duplicidade da prática docente**.Curitiba: CRV ,2011.

SALGADO, Maria Umbelina Caiafa... et al.Programa Nacional de inclusão de Jovens-Projovem urbano, **Manual do educador: Orientações Gerais**. Brasília, 2008.144 p.

SAVIANI, Dermeval. **História das idéias pedagógicas no Brasil**.3 ed. Campinas: Autores Associados, 2011, 424 p